

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, está disponível no seguinte endereço eletrônico:

<https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa>

Relatório da administração

O Efi S.A. – Instituição de Pagamento é a entidade líder do Conglomerado Prudencial Efi, consolidada como emissora de moeda eletrônica e especializada em serviços financeiros digitais. Sua atuação é baseada em simplicidade, eficiência, segurança e inovação tecnológica, com uso intensivo de dados e arquitetura escalável para atender pessoas físicas e jurídicas em todo o país. No âmbito societário, controla a Efi SCFI, voltada a crédito e financiamento, e a Eva Benefícios, focada em soluções corporativas. Integra o Grupo Gerencianet, formando um ecossistema com soluções financeiras completas e integradas. Com sede em Ouro Preto e presença em São Paulo e Recife, mantém atuação nacional estruturada, com foco em crescimento sustentável, eficiência operacional e rigor

regulatório. Seu portfólio é oferecido por APIs e conta digital, com tecnologia proprietária e alta capacidade de integração. A estratégia é centrada na experiência do cliente, buscando simplificar jornadas financeiras com segurança e eficiência. Seus valores incluem transparência, inovação, sustentabilidade e foco em pessoas e resultados. Em 2025, houve aprofundamento na atuação com empresas, priorizando segmentos com maior recorrência e potencial de geração de valor. O desempenho operacional refletiu expansão consistente: a base de clientes atingiu 778 mil, crescimento de 32%; as emissões de cobrança superaram 740 milhões, alta de 54%; e o volume transacionado chegou a R\$ 113 bilhões, aumento de 99%. A receita bruta cresceu 17% e o lucro líquido 75%, evidenciando ganho de escala, eficiência e maior previsibilidade de receitas. A Instituição também recebeu

diversos reconhecimentos em inovação, experiência do cliente, solidez e governança. Destacam-se premiações como ClienteSA, selo RA1000, ranking EXAME Negócios em Expansão e rating A(bra) pela Fitch. Na gestão de pessoas, obteve reconhecimento internacional e certificação como excelente lugar para trabalhar. Em governança e segurança, recebeu selo de prevenção a fraudes, reforçando seu compromisso com controle e proteção. No campo estratégico, foram revisadas diretrizes com foco até 2030, incluindo diversificação de receitas, fortalecimento da governança, melhoria da experiência do cliente e ganho de eficiência operacional. Houve evolução na atuação comercial, na organização interna e na arquitetura tecnológica, com investimentos em escalabilidade, segurança e uso de inteligência artificial. Entre os avanços em produtos,

destacam-se soluções de crédito, capital de giro, uso de CDB como garantia e expansão do Pix indireto. A Instituição também iniciou transição para um novo enquadramento prudencial, compatível com seu crescimento. No âmbito tecnológico, reforçou governança de TI e segurança da informação, incluindo certificações relevantes.

Em síntese, 2025 marcou a consolidação de um ciclo de crescimento sustentável, com fortalecimento estrutural, avanço estratégico e maior relevância no sistema financeiro. A Instituição encerra o período preparada para expandir com disciplina, mantendo equilíbrio entre crescimento, rentabilidade e solidez

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

| | Capital Social | Reservas especiais de lucros | Reserva legal | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes (1) | Total |
|-----------------------------------|----------------|------------------------------|---------------|-------------------|-----------------------------------|---------------|
| Saldo em 30/06/2025 | 48.227 | 11.197 | 2.054 | - | (1) | 61.477 |
| Resultado do semestre | - | - | - | 17.467 | - | 17.467 |
| Ativos financeiros VJORA | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Destinações: | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | (3.071) | - | (3.071) |
| Pagamentos de lucros e dividendos | - | - | - | (3.187) | - | (3.187) |
| Constituição de reservas | - | 10.336 | 873 | (11.209) | - | - |
| Saldo em 31/12/2025 | 48.227 | 21.533 | 2.927 | - | - | 72.687 |
| Mutações do semestre | - | 10.336 | 873 | - | 1 | 11.210 |
| | Capital Social | Reservas especiais de lucros | Reserva Legal | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | Total |
| Saldo em 31/12/2024 | 48.227 | 6.696 | 1.676 | - | - | 56.599 |
| Adoção inicial da Res. BCB nº 352 | - | (308) | - | - | - | (308) |
| Saldo em 01/01/2025 | 48.227 | 6.388 | 1.676 | - | - | 56.291 |
| Resultado do exercício | - | - | - | 25.030 | - | 25.030 |
| Destinações: | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | (5.447) | - | (5.447) |
| Pagamentos de lucros e dividendos | - | - | - | (3.187) | - | (3.187) |
| Constituição de reservas | - | 15.145 | 1.251 | (16.396) | - | - |
| Saldo em 31/12/2025 | 48.227 | 21.533 | 2.927 | - | - | 72.687 |
| Mutações do exercício | - | 15.145 | 1.251 | - | - | 16.396 |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto (Em milhares de reais)

| | 2º Sem 2025 | 31/12/2025 |
|--|----------------|-----------------|
| Atividades operacionais | | |
| Resultado líquido | 17.467 | 25.030 |
| Depreciação | 783 | 1.579 |
| Amortização | 1.257 | 2.514 |
| Baixa de imobilizado | 23 | 72 |
| Despesa de juros | 285 | 698 |
| Equivalência patrimonial | (792) | 618 |
| Amortização ágio na aquisição de controlada | 82 | 164 |
| Imposto de renda e contribuição - diferido | (23) | (281) |
| Imposto de renda e contribuição - corrente | 8.691 | 12.086 |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 2.682 | 2.769 |
| Contingências | 230 | 323 |
| Lucro líquido ajustado | 30.685 | 45.572 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (6.220) | (10.476) |
| Juros pagos | (259) | (644) |
| Varição de ativos e passivos | | |
| Relações interfinanceiras | (65.818) | (129.656) |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | (8.393) | (2.094) |
| Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes | 8.401 | 7.893 |
| Ativos financeiros ao valor justo no resultado | 450 | (9.200) |
| Outros ativos | 4.121 | 5.579 |
| Obrigações por repasses | 49.759 | 102.768 |
| Outros passivos | 2.304 | 4.051 |
| Obrigações fiscais e previdenciárias | 793 | 569 |
| Operações de cartão | 743 | 9.679 |
| Caixa líquido aplicado em atividades operacionais | 16.566 | 24.041 |
| Atividades de investimentos | | |
| Aquisição de imobilizado | - | (27) |
| Investimento em controladas e coligadas | (250) | (3.050) |
| Aquisição de intangível | (191) | (572) |
| Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos | (441) | (3.649) |
| Atividades de financiamento | | |
| Pagamentos de juros sobre capital próprio | (2.883) | (4.921) |
| Pagamentos de lucros e dividendos | (3.187) | (3.187) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (1.791) | (4.128) |
| Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos | (7.861) | (12.236) |
| Aumento (redução) das disponibilidades | 8.264 | 8.156 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 30 | 138 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 8.294 | 8.294 |
| Aumento (redução) das disponibilidades | 8.264 | 8.156 |

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

| | Ativo circulante | Passivo Circulante | Ativo não circulante | Passivo não circulante |
|--------------------------------|------------------|---------------------------------|----------------------|------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 644.072 | 8.294 | 596.267 | 528.968 |
| Títulos e valores mobiliários | 22.192 | Depósitos | 41.312 | 41.312 |
| Relações interfinanceiras | 564.734 | Fornecedores | 8.792 | 8.792 |
| Contas a receber | 42.188 | Obrigações trabalhistas | 7.518 | 7.518 |
| Provisão para perdas esperadas | (3.357) | Obrigações fiscais | 964 | 964 |
| Outros ativos circulantes | 10.021 | Empréstimos e financiamentos | 3.820 | 3.820 |
| Ativo não circulante | 32.364 | IR e CS a pagar | 418 | 418 |
| Títulos e valores mobiliários | 572 | Provisões | 4.475 | 4.475 |
| Outros ativos não circulantes | 2.347 | Outros passivos circulantes | 7.482 | 7.482 |
| Provisão para perdas esperadas | (8) | Passivo não circulante | 856 | 856 |
| Investimentos | 9.550 | Empréstimos e financiamentos | 818 | 818 |
| Imobilizado | 3.711 | Outros passivos não circulantes | 5.808 | 5.808 |
| Ativo intangível | 16.192 | Obrigações fiscais | 72.687 | 72.687 |
| Total do ativo | 676.436 | Patrimônio líquido | 48.227 | 48.227 |
| | | Capital social | 24.460 | 24.460 |
| | | Reservas de lucros | 676.436 | 676.436 |
| | | Total do passivo | | |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

| | 2 Sem 2025 | 2025 |
|--|---------------|---------------|
| Resultado de intermediação financeira | 2.181 | 3.079 |
| Despesas de intermediação financeira | (285) | (698) |
| Receitas de prestação de serviços | 105.501 | 204.364 |
| Despesas administrativas | (79.372) | (166.531) |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | (2.682) | (2.769) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 792 | (618) |
| Resultado não operacional | - | 8 |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | (8.668) | (11.805) |
| Resultado líquido | 17.467 | 25.030 |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (Em milhares de reais)

| | 2 Sem 2025 | 2025 |
|--|---------------|---------------|
| Resultado líquido | 17.467 | 25.030 |
| Outros resultados abrangentes do período | - | - |
| Itens que podem ser subsequentemente reclassificados | - | - |
| Total de resultados abrangentes do período | 17.467 | 25.030 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. **Contexto Operacional:** O Efi S.A. é uma instituição de pagamento de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Efi. Seu objeto social inclui a gestão de contas de pagamento, emissão de moeda eletrônica (pré-paga) e de instrumentos pós-pagos, além de serviços de credenciamento e iniciação de transações de pagamento.

2. **Políticas contábeis significativas:**
a) **Bases de Elaboração e Apresentação:** As demonstrações financeiras seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às IPs, conforme diretrizes do Banco Central do Brasil (BCB) e a Resolução BCB nº 2/2020, utilizando como moeda funcional o Real. A

Administração confirmou a viabilidade da continuidade operacional da instituição.

b) **Apuração do resultado:** Regime de competência, com as receitas e as despesas reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

c) **Determinação do valor justo:** mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

● Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes.
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa.
- Normas que possuem aplicação após 31 de dezembro de 2025:** Lei complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025 – Altera para 15% (quinze por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), para as Instituições de Pagamento, com efeitos a partir de 1º de abril de 2026.
- Mudanças de Práticas Contábeis** O exercício foi marcado pela adoção da **Resolução BCB nº 352/23**, que define novos critérios para instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Além disso, destaca-se a Lei Complementar nº 224/25, que alterará a alíquota da CSLL para 15% a partir de abril de 2026.
- Disponibilidades:** recursos com de vencimento igual ou inferior a 90 dias
- Aplicações interfinanceiras de liquidez:** registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos

auféridos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

h) **Títulos e valores mobiliários:** registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, classificados como: I. títulos para negociação; II. títulos mantidos até o vencimento; e III. títulos disponíveis para venda.

i) **Investimentos:** participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é reconhecido e mensurado no momento da aquisição de participação em controladas, representado pelo excedente entre o valor da contraprestação transferida (preço de compra) e a participação da Instituição no valor justo dos ativos líquidos.

j) **Imobilizado de uso:** são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicáveis.

k) **Intangível:** correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. É

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB) . Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição

composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso; e (ii) Softwares e intangíveis gerados internamente

l) **Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, passivos e ativos contingentes.

m) **Imposto de renda e contribuição social:** são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real.

n) **Outros passivos:** são demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

o) **Contingências:** Classificação de processos judiciais em provável (provisionado), possível ou remoto.

p) **Resultados recorrentes/não recorrentes:** recorrentes são os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social e não recorrente aqueles que não fazem parte da operação da Instituição.

q) **Carteira de crédito:** ativo financeiro classificado conforme Resolução BCB nº 352/23. A Instituição busca junto à sua controlada, o Efi SCFI, o financiamento dos saldos não

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

liquidados na data de vencimento do cartão de crédito dos clientes (rotativo).

r) **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** observa a segregação dos ativos financeiros consoante o art. nº 81 da Resolução BCB nº 352/23, bem como os percentuais mínimos de provisão para perdas estabelecidos no art. 78 e nos anexos I e II.

s) **Eventos Subsequentes:** Em outubro de 2025, o Conglomerado Efi foi reclassificado pelo BCB para o **Segmento S4**, transição concluída em fevereiro de 2026. Em janeiro de 2026, a Efi IP adquiriu a totalidade das ações do Efi SCFI, passando a deter 100% do seu capital.

| Diretoria |
|------------------------------|
| Denis Costa da Silva |
| Danilo Oliveira |
| Francisco Carvalho |
| Paulo Sérgio de Faria Barros |
| Contador Responsável |
| Alessander Campo Dall’Orto |
| CRC MG: MG-105496/O-5 |

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Efi S.A. – Instituição de Pagamento (“Efi”, “Efi IP” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Informações comparativas** As demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil,